

HISTÓRIAS DA LEITURA, LEITURAS DA HISTÓRIA: O LIVRO E OS LEITORES NA IDADE MODERNA

Rosilene Alves de Melo*

RESENHA: Roger Chartier. A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII. Brasília: Editora da Unb, 1994.

A leitura desse texto provavelmente deverá estar sendo feita a partir de gestos aos quais já estamos plenamente acostumados: solitariamente, percorremos com os olhos, em silêncio, os signos que reconhecemos e deciframos. O véu de mistério que até então o encobria lentamente se dissipa. Certamente naturalizamos este momento; ao naturalizá-lo, esquecemos a dimensão histórica do ato de ler e das práticas sociais ligadas à leitura.

A *Ordem dos Livros*, ensaio mais recente de Roger Chartier traduzido no Brasil, tem, como objeto central, a história do livro e das práticas de leitura entre os séculos XVI e XVIII na França. A obra de Chartier situa-se no esforço de reflexão sobre o corpo, os gestos, os olhares, sobre o ritual que envolve o hábito da leitura, do jogo com as palavras feitos para encantar e seduzir os leitores.

O que seria essa “ordem dos livros”?

Segundo Roger Chartier, o livro, na Idade Moderna, criou uma ordem de decifração, uma ordem na qual ele pode ser compreendido socialmente e, por último, uma ordem que permitia a sua publicação e posterior divulgação pública. A partir do século XVI verifica-se uma descontinuidade na história do livro, quando se observa a transição do manuscrito para o impresso. Mesmo assim, não foi possível, numa sociedade

* Professora de História da Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestranda em História (UIPE).

absolutista, privar os leitores da liberdade de reinventar o escrito, e é esta a grande questão discutida ao longo do livro: a existência de uma tensão permanente entre o escrito e o universo das significações.

Durante o Antigo Regime na França esta ordem torna-se possível a partir da existência de três elementos fundamentais: o leitor, o autor e as bibliotecas. Ao longo do livro, é realizado um inventário dessas três instâncias.

Em primeiro lugar aparecem as figuras do leitor e das "comunidades de leitores". Para aproximar-se desse personagem - o leitor - Michel de Certeau é retomado ao afirmar que os textos possuem duas dimensões distintas: o escrito (marcado pelo conjunto de letras impressas no papel) e as leituras, território do efêmero, da liberdade, da subversão. Nesse sentido é impensável a separação entre essas duas dimensões; o texto somente tem existência a partir de um leitor que lhe dê algum significado. O projeto de *A Ordem dos Livros* inscreve-se na tentativa de questionar a idéia de que o texto é portador de um significado primeiro, verdadeiro, construído pelo autor, significado que o leitor deve apenas desvendar. Ao contrário disto, a leitura é uma produção de significados que este leitor elabora a partir dos códigos culturais de que dispõe. Não é apenas um momento de interpretação do escrito - mas fundamentalmente - de criação histórica, que está intimamente vinculada às possibilidades materiais de fruição do texto.

A leitura é, portanto, um procedimento histórico. As diferenças estão presentes no modo como os textos são apropriados, nas expectativas dos leitores em relação aos escritos, bem como nos gestos individuais e coletivos que marcam o ato de ler, que transformam-se ao longo do tempo.

Há, por parte de Chartier, uma recusa em utilizar o conceito de classe social para tratar do universo da leitura, já que os textos e gêneros de impresso transitam entre os vários grupos sociais. Entre os séculos XVI e XVIII, o mesmo conjunto de textos foi compartilhado entre o leitor popular e os

leitores afortunados, já que os editores, livreiros e impressores do Antigo Regime adaptaram, ao grande público, livros que até então eram acessíveis a poucos. O espaço de investigação privilegiado nestas incursões sobre o mundo do escrito e da leitura é, sem dúvida, a *Bibliothèque Bleue* (Literatura de Cordel). A partir do catálogo de livros da *Bibliothèque Bleue*, é que se demonstra o nível de aproximação desses livros populares, feitos para serem lidos em voz alta, coletivamente, com as publicações da literatura erudita. Os editores, utilizando os mesmos textos, adaptaram-os através de fórmulas editoriais que permitiram uma memorização mais fácil: transformaram em versos, simplificando seu conteúdo e ilustrando-os com xilogravuras, que funcionavam como suportes da memória coletiva.

Percebe-se, ao longo do livro uma crítica aos historiadores franceses que nos últimos 30 anos trabalharam com a história da leitura, fragmentando-a em três instâncias distintas: a análise de textos, a história do livro e o estudo das formas de apropriação dos escritos. Principalmente aqueles vinculados aos *Annales* como: François Furet, Henri-Jean Martin, Daniel Roche, dentre outros, que se contentam em coletar os inventários que mencionam a posse de livros, as coleções, os temas de que tratam, ou seja, restringem-se às séries estatísticas e relações quantitativas.¹

Para Chartier, trata-se, pois, de associar esses três pólos, objetivando sobretudo entender como, nas sociedades do Antigo Regime a circulação dos escritos puderam modificar as idéias, os saberes e as relações do poder.

O segundo personagem da trama de *A Ordem dos Livros* é o autor, ao qual durante certo tempo, a história francesa do livro atribuiu o controle total da obra literária. Neste momento Chartier passa a dialogar com Michel Foucault, que também preocupou-se em entender as condições históricas que

¹ BURKE, Peter. *A Revolução Francesa na Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)* São Paulo: UNESP, 1991. p. 92.

criam a figura do autor. No texto “O que é um autor?”² Foucault busca as evidências históricas que levam a autoria dos textos, entre os séculos XVII e XVIII, quando separa os discursos “científicos” dos “literários”. Para Foucault, a associação do autor ao texto no que ele chama de “função-autor”, é resultante de um dispositivo de poder que tentava, a partir de então, descobrir a autoria de textos considerados heréticos e com isso viabilizar o *index* de livros proibidos, as censuras e as punições. Nesse momento são estabelecidas normas que garantem a propriedade literária privada, individual e remunerada: os chamados “direitos autorais”.

Como resultado destas transformações surgem os catálogos de autores bem com as representações físicas dos autores nas capas dos livros, nas quais as fotos e o nome do autor passam a ser indispensáveis.

A terceira instância fundamental da ordem dos livros - as bibliotecas - é uma criação desse período de transição entre o manuscrito e o impresso, como resultado da necessidade de agrupar os livros em espaços adequados à leitura: esse sonho de reunir todos os livros escritos em bibliotecas públicas é recorrente na Civilização Ocidental. No entanto, à necessidade de centralização do poder no Antigo Regime corresponde a tentativa de centralização do saber universal; nada mais “coerente” ao Absolutismo do que a tentativa de exercer um controle “absoluto” do saber produzido pelos homens. Exemplo desta pretensão é o projeto da Biblioteca do Rei, proposto por Etienne-Louis Boullée em 1785, que seria construída para abrigar todo o “patrimônio escrito da humanidade” num único espaço dedicado as leituras dos sábios vindos de todas as partes do mundo. Nesse sentido, embora não afirme categoricamente, o autor aproxima-se da concepção foucaultiana da relação saber-poder.

² FOUCAULT, Michel. “Qu’est ce qu’un auteur?”, *Bulletin de la Société Française de Philosphie*, tomo LXIV, jul -set. 1969. p. 73.

Após a invenção da imprensa, a velocidade com que os livros e textos passam a ser produzidos é tamanha que frustra a utopia da “biblioteca universal”. A palavra *biblioteca* torna-se sinônimo dos catálogos de livros e de autores, que passam a ser publicados daí em diante.

Mas Roger Chartier chega à contemporaneidade e especula acerca do fim do livro, na forma que hoje é usual, em razão do surgimento da “leitura eletrônica”, bem como a respeito da separação entre o texto e os objetos materiais - livros- que desde a antiguidade funcionaram como únicos suportes da leitura.

Anuncia-se no século XX o acesso imediato a qualquer escrito. A tela passaria, num futuro próximo, a ser o veículo que permitiria o contato com os textos. A utilização generalizada de redes de informação coloca, enfim, o contato com a biblioteca universal - que parece concretizar o sonho do século XVIII - agora sem paredes, sem endereço, virtual. Além disto, a “leitura eletrônica” exige a reflexão sobre as prováveis modificações sobre os olhos, as mãos, os corpos, os costumes, exigidos pela leitura em ambientes preferencialmente fechados e refrigerados.

A leitura informatizada confronta-se com a fragmentação, a velocidade de circulação dos textos, e com a vitória (definitiva ?) do leitor sobre o autor, que teria possibilidades não só de criar novos sentidos, mas também de alterar a forma de distribuição dos caracteres, parágrafos, espaços, enfim, a própria materialidade do escrito.

Os trabalhos de Roger Chartier contribuem decisivamente para superar teses que tiveram um efeito de verdade entre os historiadores da cultura. Primeiro, a que separava, para efeito de análise, a sociedade entre alfabetizados e analfabetos. Segundo, a que estabelecia um fosso entre a chamada cultura erudita e a cultura popular, concepção muito presente nos trabalhos dos historiadores dos *Annales* nos anos 70. À essas teses, utilizadas como um a priori histórico, *A ordem dos livros* levanta suspeitas, ao aprofundar o exercício

com o conceito de apropriação cultural já esboçado anteriormente.³ Observa-se também que opta por utilizar a noção de descontinuidade, as grandes rupturas históricas, a busca pelas diferenças.

Já Peter Burke, por exemplo, ao contrário de Chartier, está mais preocupado em perceber a dimensão da continuidade entre o universo da “tradição” literária popular antes e depois da difusão dos impressos. Para Burke, os temas da literatura popular são os mesmos da literatura oral dos cantadores, jograis, e menestréis da Idade Média.⁴

Entre os historiadores multiplicam-se os trabalhos que têm como objeto principal o discurso; nesse sentido, a obra de Roger Chartier é uma reflexão sobre o processo de constituição dos discursos quando da sua relação primordial com os textos. Somente a partir do texto é possível a existência física do discurso. A interferência do historiador dá-se na medida em que reconstrói os procedimentos que conduziram à materialidade do texto bem como das possibilidades históricas, culturais, da produção dos significados. *A Ordem dos Livros* é, portanto, a tentativa de compreender o processo de constituição da “ordem dos discursos”.

A Ordem dos Livros é um ensaio indispensável aos historiadores que se interessam pelos temas ligados à Idade Moderna, à história da cultura e, particularmente, para aqueles que utilizam o conceito de representação, para o qual este historiador francês, ao longo das últimas duas décadas, tem dado as contribuições mais importantes e instigantes.

³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, s/d.

⁴ BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.